

SERVIDORES SOB PRESSÃO

SUCESSIVAS MEDIDAS DO GOVERNO
AMEAÇAM O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO

PEC 06/2019

IN 02/2018

PLS 116/2017

MP 873/2019

REFORMA

EC 95

ADMINISTRATIVA



NOVO ATAQUE

Reforma Administrativa acende sinal de alerta no serviço público

PEC 06/2019

Atuação do Unacon Sindical garante avanços, mas reforma ainda é dura com servidores

AVALIAÇÃO DO SERVIDOR

PLS 116/2017 avança no Senado; proposta abre espaço para perseguição política

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Laura Márcia Safi

e Mary Joyce Rocha

Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa

e Rogério Honorato

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa, Corinto Santos, Carlos Alberto Pio, Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel Junqueira, Luiz Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel Messias, Marussia Pires, Wellyngton Fábio Lima de Rocha, Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelson Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Celso Duarte - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Elber Stilben de Souza - MS, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Filipe Leão - BA, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Colaço dos Santos - MG, José Luiz Pereira de Lima - RS, Khalil Chaves Cruz - RN, Luciano Guilherme Turin - PR, Luciene Monteiro Clacino - SE, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Maria Esmeralda Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva - SC, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Juliana Martins (11.120/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF),

Juliana Martins (11.120/DF) e Samuel Oliveira (11.124/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly e Lucivam Queiroz

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 4 mil

SUMÁRIO



4. CGU EM FOCO

Unacon sindical estreita relação institucional com a CGU

5. STN EM FOCO

Celeiro de talentos • Sindicato pede a revogação do controle eletrônico de frequência no Tesouro

4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PLS 116/2017 avança no Senado; proposta abre espaço para perseguição política

8. PEC 06/2019

Atuação do Unacon Sindical garante avanços, mas reforma ainda é dura com servidores

13. CONCURSO DE CHARGES

Com apoio do Unacon Sindical, Fonacate promoveu Concurso Nacional de Charges com o tema "Nova Previdência: melhor para quem?"

14. 1º CDS/2019

Conselho de Delegados Sindicais delibera ações para o 2º semestre

15. DATA MARCADA

III Conacon será realizado em Brasília no mês de novembro

16. NOVO ATAQUE

Reforma Administrativa acende sinal de alerta no serviço público

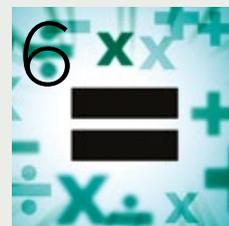
17. SINDICATOS SOB AMEAÇA

Governo e base aliada no Congresso tentam inviabilizar atuação de entidades de classe

18. ARTIGO

Unacon Sindical: trinta anos a serviço da Carreira de Finanças e Controle e de país

19. NOTAS





SERVIÇO PÚBLICO SOB PRESSÃO

O serviço público brasileiro vive um dos momentos mais tensos das últimas décadas. Assim como o discurso de intolerância, que cresce em alguns segmentos sociais, foram reeditados velhos estigmas ligados ao funcionalismo. É dito que a máquina pública está inchada, é ineficiente e mantém uma casta de privilegiados interessada tão somente em auferir benefícios do Estado. Nada mais falso, considerando, por exemplo, áreas de excelência, como a gestão da política fiscal e a auditoria governamental, ambas, em nível federal, a cargo da carreira de Finanças e Controle.

Um dos principais desafios à gestão pública será a redução do Estado diante das restrições impostas pela EC 95/2016, que limitou a expansão do gasto público à inflação do ano anterior, independentemente do crescimento do PIB e das necessidades da população. Daí decorrerá o fim dos concursos, a pressão por redução de salários e a precarização dos serviços. É neste cenário que ganham evidência, assim, propostas de demissão de servidores por insuficiência de desempenho, como os PL's 116/2017 e 248/98. E com o intuito de fragilizar a resistência das entidades de classe, foi editada a MP 873/2019, que visava impedir o desconto em folha dos associados. Quando a MP caducou, foram apresentados três projetos de lei com o mesmo objeto.

No curto prazo, o principal desafio é mesmo a PEC 06/2019, da reforma da Previdência, que traz prejuízos aos servidores ativos e aposentados, e seus pensionistas. Com efeito, a proposta cria alíquotas progressivas, que poderão chegar a 22% da remuneração, além de contribuições extraordinárias, ambas de caráter nitidamente confiscatório, que atingirão fortemente os servidores aposentados, já sobrecarregados em função da inflação médica. Os valores das pensões despencam em relação ao cálculo atual, convergindo para o salário mínimo. Não menos preocupantes são as regras de cálculo do benefício para quem ingressou no serviço público de 2004 a 2013, as regras de transição para quem entrou até 2003, assim como a abertura da previdência complementar aos bancos e fundos de pensão. A previsão de extinção do Regime Próprio será uma ameaça permanente aos que nele se mantiverem.

Assim, conclamamos os servidores para que estejam atentos aos projetos que fragilizam o serviço público e retiram direitos. Vale observar que, nestes 30 anos de existência, o Unacon Sindical esteve à frente de todos os avanços da carreira de Finanças e Controle. Essa foi e continuará sendo a nossa história, seja para preservar as conquistas dessas três décadas de mobilização e lutas, seja para garantir um futuro para o serviço público brasileiro.

Boa leitura!

Diretoria Executiva Nacional



Assim como o discurso de intolerância que cresce em alguns segmentos sociais, foram reeditados velhos estigmas ligados ao funcionalismo.”

179

É o número de vezes que o Unacon Sindical pautou reportagens no primeiro semestre desse ano

Tendo como assunto predominante a reforma da Previdência, Rudinei Marques e Bráulio Cerqueira tornaram-se as principais fontes do funcionalismo, sendo citados em mais de 150 publicações. O PLS 116/2017, que trata da demissão do servidor por insuficiência de desempenho, também foi tema de dezenas de reportagens. No total, 23 diferentes veículos, da mídia impressa à TV, repercutiram declarações do presidente ou do secretário executivo do Sindicato.

Principais canais que deram destaque ao Unacon Sindical





UNACON SINDICAL ESTREITA RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A CGU

No primeiro semestre desse ano, os dirigentes foram recebidos em três diferentes ocasiões pelo ministro Wagner Rosário

Enquanto o diálogo em algumas instâncias retrocedeu bruscamente no primeiro semestre do ano, na Controladoria-Geral da União (CGU) o Unacon Sindical vivencia o fortalecimento da parceria institucional. Desde janeiro, os dirigentes do Sindicato foram recebidos pelo ministro Wagner de Campos Rosário em três ocasiões (25/01, 12/04 e 25/06) para tratar de pautas da carreira. A necessidade de realização de concurso público foi discutida nas reuniões.

Em janeiro, o próprio ministro ressaltou que o déficit de pessoal se acentuou nos últimos anos e, atualmente, a CGU conta com apenas 38% do efetivo previsto. "Vamos demonstrar que concurso para a CGU não é gasto, é investimento. Com R\$ 80 milhões de orçamento podemos garantir o retorno de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos", afirmou. O pleito foi reiterado em abril, no entanto, por decisões do governo central, não perdurou. Ainda assim, o compromisso, por parte do ministro, de trabalhar pela recomposição do quadro funcional, permanece.

O vice-presidente do Unacon Sindical, Daniel Lara, defende que é preciso tratar o concurso público como pauta urgente. Para ele, a falta de renovação dos quadros coloca em xeque a própria instituição. "O déficit de pessoal, que se agrava com o passar do tempo, impacta no acúmulo de serviços e, além disso, corremos o risco de perder a nossa reserva técnica, que é o conhecimento adquirido no dia a dia da carreira e passado de servidor para servidor. É preciso estar claro, por fim, que a CGU fica fragilizada, pois o cumprimento de sua missão depende diretamente do servidor."

Restrições à atividade sindical, trazidas pela Instrução Normativa (IN) 02/2018, também foram tratadas nos encontros. "Com a exigência de compensação de horas, as reuniões do Conselho de Delegados Sindicais, que são realizadas semestralmente, podem

ser comprometidas", enfatizou o presidente do CDS, Filipe Leão, em janeiro. Após liminar judicial, o CDS foi realizado em abril (veja na página 14), mas a IN continua sendo uma ameaça. A realização do III Conacon, por exemplo, que chegou a ser suspensa em decorrência das novas regras, foi confirmada para novembro, apenas após tratativas com a CGU e com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Além da IN 02 e da demanda por concurso, a reforma da Previdência, o Projeto de Lei do Senado 116/2017 e a reforma Administrativa figuram no rol das principais preocupações do funcionalismo em 2019. Para o diretor de Assuntos Jurídicos, Roberto Kodama, "a abertura do diálogo, tanto no Congresso quanto no Governo, é a única forma de se encontrar soluções justas para cada uma delas". ●



Celeiro de Talentos

Na STN, servidores desenvolvem soluções inovadoras em processos, pesquisas e produtos

Bráulio Santiago Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, participou da solenidade de premiação da quarta edição do Prêmio Magis de Excelência Profissional da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Realizada no dia 30 de abril, no auditório do Ministério da Economia, a cerimônia contou com a participação de Otávio Ladeira de Medeiros, secretário Adjunto do Tesouro Nacional. Luiz Alberto Marques Vieira Filho, delegado de finanças públicas e presidente da Câmara de Representantes do Tesouro Nacional (CRTN), participou da organização do concurso.

Promovido pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

(Codin), o Prêmio Magis de Excelência Profissional condecora, desde 2016, os servidores responsáveis por projetos que se destaquem pelo ineditismo ou pela contribuição ao trabalho do órgão. Dos 23 trabalhos inscritos na quarta edição do concurso, nove foram agraciados nas categorias Pesquisa, Processo e Produto.

Na edição deste ano, dois delegados de Finanças Públicas foram premiados. "Regras Fiscais no Brasil", grupo de Rafael Perez, ficou em primeiro lugar na categoria Pesquisa. "Aplicativo Oficial do Tesouro Direto", grupo de Eric Lisboa, foi o vencedor na categoria Produto. Para ele, a premiação "confirma que os servidores estão no caminho

certo no que diz respeito à incumbência de bem servir à sociedade".

Além do reconhecimento, o Prêmio estimula o aperfeiçoamento do servidor. Os primeiros, segundos e terceiros lugares em cada categoria foram agraciados com cursos no exterior, promovidos e patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington (Estados Unidos), pelo Banco Mundial, em Viena (Áustria), pela École National de Administration (ENA) em Paris (França), e, também, curso nacional promovido pelo Insper, em São Paulo. Todos os premiados receberam, ainda, um troféu patrocinado pelo Unacon Sindical. ●

SINDICATO PEDE A REVOGAÇÃO DO CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA NO TESOURO

Comitê de Gestão optou pela implantação imediata do sistema que, até o momento, não foi adotado na Receita ou na PGFN. Além da quebra de isonomia, medida pode causar constrangimento aos servidores

Os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle lotados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) serão os primeiros, dentre as demais carreiras de Estado no âmbito do Ministério da Economia, submetidos ao controle de ponto eletrônico nos termos da Portaria ME nº 371/2019, de 23 de julho. Mesmo diante da ausência de orientações detalhadas, o Comitê de Gestão (Coges) optou pela implantação imediata do sistema. Tendo em vista a

insegurança e o constrangimento que podem ser gerados, o Unacon Sindical pede a revogação da decisão.

Além do controle de frequência, a Portaria dispõe sobre banco de horas e trabalho remoto, dois assuntos que demandam o aprofundamento do diálogo, como destaca o secretário executivo do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira. "As normas impõem, por exemplo, a compensação obrigatória de horas, caso o servidor se ausente para comparecer a consultas médicas. Essa

exigência obedece à Instrução Normativa nº 02/2018, que é alvo de questionamentos na Justiça. Outro problema da adoção prematura, é que a implantação do trabalho remoto depende da apresentação de uma proposta à Secretaria Executiva do Ministério da Economia, mas até o momento não há nada consolidado", pontua.

Diante da urgência do assunto, o Sindicato solicitou, na última semana de julho, reunião com o secretário do Tesouro. ●



PLS 116/2017 AVANÇA NO SENADO; PROPOSTA ABRE ESPAÇO PARA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, destaca que texto está defasado e não tem embasamento científico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou, no dia 10 de julho, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017, que versa sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável. Oito dias antes, o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques, esteve na Comissão para reiterar o posicionamento contrário ao texto. Para ele, o PLS tem falhas insanáveis.

“Depois de dois anos de debates, sequer foram apresentados estudos acadêmicos e científicos para fundamentar a proposta, que também está defasada em relação às práticas atuais de avaliação de desempenho”, pontuou Marques.

Além de apontar a ausência de respaldo científico, o presidente do Sindicato alertou que o texto dá margem para a perseguição ao servidor. “Não se pode deixar uma decisão dessas nas

mãos de uma única pessoa, mas sim de um comitê, com a participação de outros servidores e da sociedade.”

À revelia das críticas, endossadas por diversas categorias do funcionalismo e especialistas, a CAS, além de chancelar o parecer favorável ao projeto, aprovou requerimento de urgência, que permitiu o envio da matéria diretamente ao Plenário do Senado. No rito normal, o PLS 116/2017 seria submetido ainda à análise das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Diante da manobra, as entidades afiliadas ao Fonacate buscaram interlocução com lideranças da Casa e conseguiram adiar a apreciação no Plenário para após o recesso parlamentar. Se aprovado, o projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados. ●

AVALIAÇÃO SIM, PERSEGUIÇÃO NÃO. PARTICIPE DA CONSULTA PÚBLICA!

O PLS 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), regulamenta o inciso III, do parágrafo 1º, do art. 41º da Constituição Federal e estabelece fatores avaliativos que dependem exclusivamente da interpretação do avaliador.

O Senado abriu uma consulta pública sobre o projeto. Acesse o QR-Code abaixo e dê sua opinião!



saúde
bem-estar

UM NOVO SINDICATO, PENSADO PARA VOCÊ

luta
carreira



UNACON

Inovações em serviços e na comunicação com o filiado são marcas da nova fase

Focado em proporcionar mais benefícios e melhores experiências, o Unacon Sindical aumentou a gama de serviços oferecidos e reformulou a comunicação. Desde 2018, filiados contam com exclusivo Clube de Vantagens que garante acesso a descontos em milhares de parceiros. A partir de então, consultoria jurídica, plano de saúde e odontológico foram adicionados à carta de serviços. Para completar, o Sindicato lança, neste segundo semestre, o novo portal, mais funcional e moderno, e um espaço audiovisual.

A diretora de Filiados, Roberta Holder, destaca que o portal trará aos filiados uma melhor navegabilidade. "O layout será mais moderno e intuitivo, facilitando o acesso do usuário às funcionalidades do site. Outra grande inovação, é a versão mobile, que permitirá uma boa visualização também a partir de dispositivos móveis".

Já no novo espaço físico, os filiados terão acesso a equipamentos e instalações modernas para produção de conteúdo audiovisual, como videoaulas e programas de entrevista, por exemplo. As normas de utilização serão disponibilizadas em breve no site www.unacon.org.br.

finanças
controle

qualidade
respeito



UNACON INFORMA

Agora você pode receber as notícias do seu Sindicato, em primeira mão, pelo WhatsApp. Para ativar o serviço, basta adicionar o número (61) 99170-2950 na sua agenda de contatos e enviar uma mensagem com seu nome.





ATUAÇÃO DO UNACON SINDICAL GARANTE AVANÇOS, MAS REFORMA AINDA É DURA COM SERVIDORES

Na Câmara, votação da PEC 06/2019, aprovada em primeiro turno com 379 votos a favor e 131 contra, será retomada após recesso parlamentar

A atuação das entidades afiliadas ao Fonacate, presidido pelo Unacon Sindical, proporcionou avanços em relação ao texto original da reforma, ainda assim, o Substitutivo — aprovado em primeiro turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados em julho — impõe perdas ao funcionalismo público. Atento à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, o Sindicato prepara estratégia para o trabalho parlamentar durante a discussão em 2º turno e no Senado.

O secretário executivo do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, destaca que “na elaboração da proposta do governo, apenas os militares foram ouvidos. Já na Comissão Especial, trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, sociedade civil organizada e movimentos sociais foram ouvidos, o que se refletiu nos avanços do Substitutivo na comparação com o texto original da PEC”.

AVANÇOS

A criação de uma nova regra de transição e a manutenção do valor real das aposentadorias são as melhorias mais significativas para os servidores.

Na proposta original, o servidor com ingresso anterior a 2004 estava sujeito a pedágios de até 1000% sobre o tempo faltante para garantir integralidade e paridade. Agora, com a nova regra de transição, ele pagará um período adicional de 100% do tempo que, na data da promulgação da EC, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição (confira na próxima página). A regra beneficia principalmente os servidores mais antigos.

Para os que ingressaram a partir de 2004, e não têm direito à paridade e integralidade, o impacto financeiro nas futuras aposentadorias foi suavizado com a manutenção da preservação do valor real dos benefícios, conforme

previsto no artigo 40 da CF.

A elevação automática das idades mínimas de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida da população também foi derrubada. O “gatilho” impactaria todos os trabalhadores, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada. Se a PEC 06/2019 for aprovada na versão atual, os parâmetros de idade mínima serão inscritos na Constituição e, portanto, só poderão ser alterados por meio de uma nova EC.

Aspectos gerais da proposta que impactariam contribuintes do Regime Geral da Previdência (RGPS) também foram encampados pelas entidades. O trabalho garantiu a derrubada da proposta de capitalização, que não tinha parâmetros definidos no texto da PEC, a supressão das mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), a manutenção das atuais exigências para os trabalhadores rurais que já estão no sistema, assim como do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para as mulheres.

PERDAS

Por outro lado, o texto aprovado na Câmara prevê a elevação da alíquota de contribuição previdenciária para servidores, ativos e aposentados, que ganham acima do teto do INSS. No caso da carreira de Finanças e Controle, o aumento irá, na prática, suprimir o ganho dos Auditores com a última parcela do reajuste salarial negociado em 2015. Para os Técnicos, as perdas chegam à metade da última parcela do reajuste.

Além disso, a proposta prevê mecanismos a serem adotados em caso de déficit atuarial no RPPS, que incluem a instituição de alíquota extraordinária e a ampliação da base de cálculo para incidência da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

“Para os aposentados, o texto prevê que, em caso de déficit, a base de

contribuição passará a ser toda a remuneração que excede o salário mínimo. Hoje, a incidência é apenas sobre o valor que ultrapassa o teto do INSS”, explica Bráulio.

Para os que ingressaram a partir de 2004, os benefícios serão achatados pela nova regra de cálculo, que passa a considerar 100% das contribuições feitas ao longo da vida laboral e exige 40 anos de contribuição para acesso a 100% dessa nova média.

A Funpresp também fica fragilizada, pois a PEC 06/2019 abre espaço para eventual privatização. A mudança poderá retirar dos servidores o poder de partilhar a gestão e fiscalizar o fundo, bem como ampliar os riscos de mercado na gestão dos investimentos que lastrearão as futuras aposentadorias. ●



Para os aposentados, o texto prevê que, em caso de déficit, a base de contribuição passará a ser toda a remuneração que excede o salário mínimo. Hoje, a incidência é apenas sobre o valor que ultrapassa o teto do INSS”,

Bráulio Cerqueira
secretário executivo
do Unacon Sindical,



24 de janeiro - Em reunião com o líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), o presidente do Unacon Sindical entrega nota técnica com análise aprofundada sobre a situação da Previdência.

8 de fevereiro - Entidades se reúnem com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e o secretário-adjunto, Leonardo Rolim. Na conversa, os representantes abordam as maiores preocupações do funcionalismo

e cobraram mais diálogo. “Estamos aqui, mais uma vez, em busca do diálogo, que tentamos construir com o governo anterior, sem sucesso”, afirma Marques.

13 de fevereiro - Dirigentes do Fonacate são recebidos na Secretaria de Governo, pelo diretor do Departamento de Relações Não-Governamentais, Miguel Franco, para tratar da reforma.

14 de fevereiro - Com rumores de que o texto já está pronto para ser

IMPACTO MENSAL DA ALÍQUOTA PROGRESSIVA

NA CARGA DE IMPOSTOS DO SERVIDOR

Os valores a seguir consideram **servidor ativo** no topo da carreira que não aderiu ao Funpresp e **aposentado ou pensionista** que recebe o benefício também equivalente ao do topo da carreira.



ATIVOS

	Hoje	com a PEC	PERDAS
TÉCNICO			
Previdência	R\$ 1.376,60	R\$ 1.700,74	R\$ 235,00
IRPF	R\$ 2.193,59	R\$ 2.104,45	
TOTAL	R\$ 3.570,19	R\$ 3.805,19	
AUDITOR			
Previdência	R\$ 3.010,66	R\$ 4.336,07	R\$ 960,92
IRPF	R\$ 5.829,37	R\$ 5.464,88	
TOTAL	R\$ 8.840,03	R\$ 9.800,95	



APOSENTADOS*

	Hoje	com a PEC	PERDAS
TÉCNICO			
Previdência	R\$ 734,26	R\$ 1.625,89	R\$ 646,43
IRPF	R\$ 2.370,23	R\$ 2.125,03	
TOTAL	R\$ 3.104,49	R\$ 3.750,92	
AUDITOR			
Previdência	R\$ 2.368,32	R\$ 4.261,22	R\$ 1.372,36
IRPF	R\$ 6.006,01	R\$ 5.485,47	
TOTAL	R\$ 8.374,33	R\$ 9.746,69	

* supõe ampliação prevista da base de cálculo de contribuição previdenciária em caso de déficit atuarial no RPPS.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

1



2



NOVA REGRA

encaminhado ao Congresso, Oposição e entidades de classe se reúnem para preparar a mobilização.

17 de fevereiro - Reforma da Previdência é a pauta central da reunião ampliada das entidades do Fonasefe e do Fonacate.

20 de fevereiro - O governo envia a PEC 06/2019 ao Congresso Nacional.

21 de fevereiro - Após uma análise técnica do texto, junto aos membros da Magis-

tratura e do MP, que formam a Frente, os dirigentes se reúnem com o líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), que admite já ter detectado vários dispositivos que necessitam de ajustes.

25 de fevereiro - Os pontos mais críticos da reforma são expostos por Rudinei Marques, durante audiência pública na CDH do Senado.

28 de fevereiro - A sinalização de possíveis mudanças ao texto é refor-

çada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que recebe o Unacon Sindical e outras entidades para conversar sobre a reforma.

25 de março - Marques participa de audiência pública para debater os interesses do mercado na reforma. "Estão interessados nos R\$ 500 bilhões de receitas previdenciárias que o país arrecada todo ano. Isso está claro", afirma.

26 de março - No Senado, Marques com-

põe mesa de debates sobre as fragilidades da proposta. Para ele, a reforma deve agravar a crise econômica e fiscal do país.

De março a abril - A discussão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) avança e as entidades concentram forças para apontar as inconstitucionalidades da proposta.

23 de abril - O parecer pela constitucionalidade da reforma é aprovado pela CCJC e a matéria segue para a Comissão Especial.

SISTEMA DE PONTOS

A soma da idade e do tempo de contribuição deverá ser equivalente a 86 pontos, se mulher, e 96 pontos, se homem, com acréscimo de um ponto a cada ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105, se homem. Nesse caso, o servidor deverá cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

MULHER

56 anos de idade (57 a partir de 2022) • 30 de contribuição • 20 anos de efetivo exercício no serviço público • 5 anos no cargo

HOMEM

61 anos de idade (62 a partir de 2022) • 35 de contribuição • 20 anos de efetivo exercício no serviço público • 5 anos no cargo

Observações

*Nessa regra, os servidores que ingressaram até 2003 precisam cumprir o requisito da nova idade mínima (65 e 62) para garantir o direito à paridade e integralidade.

**Os servidores que ingressaram posteriormente terão seu benefício calculado de acordo com a nova regra.

PEDÁGIO

Nessa regra, o servidor pagará um período adicional de contribuição de 100% do tempo que, na data da promulgação da EC, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição, descrito abaixo, e cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

MULHER

57 anos de idade • 30 anos de contribuição • 20 anos de efetivo exercício no serviço público • 5 anos no cargo

HOMEM

60 anos de idade • 35 anos de contribuição • 20 anos de efetivo exercício no serviço público • 5 anos no cargo

Observações

*Fica garantido o direito à paridade e integralidade dos que ingressaram até 2003.

** Nessa regra, os servidores que ingressaram a partir de 2004 podem acessar 100% da nova média, mesmo sem contribuir por 40 anos, após cumprir o pedágio.

ENTRANTES

Para os trabalhadores que ingressarem no serviço público após a promulgação da emenda constitucional, será necessário o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

homem

- 65 anos de idade
- 25 de contribuição
- 10 de serviço público
- 5 no cargo.

mulher

- 62 anos de idade
- 25 de contribuição
- 10 de serviço público
- 5 no cargo

26 de abril - Bráulio Cerqueira lança o estudo "Nove erros da PEC 006/2019 e alternativas para a economia, o emprego e a Previdência" (<http://bit.ly/2YAvmQ1>).

1º de maio - Marques e o delegado sindical do Amazonas, Alex Gomes, são recebidos pelo presidente da Comissão Especial em Manaus, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que se compromete a ouvir as entidades.

Mai - Nessa nova fase, o trabalho conjunto das entidades representativas é

focado na coleta de assinaturas para viabilizar a apresentação de dez emendas.

15 de maio - O secretário executivo do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, critica a lógica da proposta, durante audiência pública na Comissão Especial. "É um ajuste basicamente calcado na redução de despesas. Mas o que explica a piora dos resultados é o colapso das receitas", diz.

28 de maio - Marques protocola dez emendas sugeridas pelo Fonacate. Par-

lamentares que apresentaram as sugestões - Professor Israel (PV-DF), André Figueiredo (PDT-CE), Léo Moraes (PODERO), Valtenir Pereira (MDB-MT) e Lincoln Portela (PR-MG) - são homenageados em ato simbólico, no Salão Negro.

30 de maio - Encerrando o ciclo de audiências públicas na Comissão Especial, Marques participa de debate sobre desconstitucionalização e regras de transição. O presidente do Sindicato é enfático ao afirmar que "o governo errou ao apostar

todas as fichas na reforma" e que o erro prejudica a sociedade como um todo.

1º de junho - Fonacate lança revista sobre os efeitos da PEC 06/2019 para as gerações do funcionalismo (<http://bit.ly/2YAvvmx>).

4 de junho - Com o desafio de buscar a admissão das emendas, as entidades se reúnem com o relator da PEC 06/2019, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

13 de junho - O relator da PEC 06/2019



“Chamam a atenção, as possíveis ofensas à Constituição que a reforma pode trazer no caso dos servidores públicos, como a violação do princípio constitucional de vedação ao confisco, assim como do princípio da proibição de retrocesso social.”

Larissa Benevides
Advogada do Escritório Torreão Braz



MOBILIZE-SE

Enquanto a reforma ainda tramita pelo Congresso, é possível evitar essas mudanças. A mobilização dos servidores da carreira é fundamental para ampliar o debate em torno da proposta nas próximas fases. Contate seu senador e cobre um posicionamento em defesa da categoria.

Para além do ambiente virtual, reforce o movimento em defesa da Previdência também na sua cidade. Converse com o delegado sindical do seu estado e inteire-se sobre as atividades. Sua participação pode fazer a diferença!



Para encontrar o email, telefone e endereço dos gabinetes dos parlamentares, acesse o site do Senado em <http://bit.ly/2SVSV4B> ou no QR-Code ao lado

3º TURNO

Preparado também para enfrentar a reforma da Previdência em um possível terceiro turno, no Supremo Tribunal Federal (STF), o Sindicato já avalia junto à assessoria jurídica pontos que são passíveis de judicialização.

“Chamam a atenção as possíveis ofensas à Constituição que a reforma pode trazer no caso dos servidores públicos, como a violação do princípio constitucional de vedação ao confisco, assim como do princípio da proibição de retrocesso social. Esses pontos precisam ser discutidos e levados à apreciação dos Tribunais, principalmente do

Supremo”, explica a advogada Larissa Benevides, do Torreão Braz Advogados.

Caso o texto atual da reforma seja aprovado, os argumentos sobre a inconstitucionalidade da matéria nortearão os questionamentos acerca de: fórmula do cálculo de pensão por morte, que pode reduzir significativamente a renda familiar; ausência de regra de transição razoável para servidores que já estão cumprindo requisitos de transições de reformas anteriores; possibilidade de extinção Regime Próprio de Previdência e instituição de alíquotas de contribuição progressivas e extraordinárias. ●

acata, em seu parecer, cinco emendas do Fonacate, uma integralmente e quatro parcialmente.

17 de junho - Em audiência pública na Câmara Legislativa do DF, especialistas analisam o parecer. Para Bráulio, “houve avanços no substitutivo, mas ainda há um longo caminho a percorrer”. O deputado Professor Israel (PV-DF) e o presidente da Comissão Especial, Marcelo Ramos (PL-AM), participam do debate.

26 de junho - Entidades conseguem o apoio do PDT para destaque que reduz o pedágio da 2ª regra de transição de 100% para 50%.

28 de junho - Com apoio do Unacon Sindical, o grupo de comunicação Metrópoles promove debate com a participação dos economistas Eduardo Fagnani e Denise Gentil, dos deputados Marcelo Ramos e Professor Israel e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

9 de julho - Sindicato e demais entidades promovem mobilização durante o primeiro dia de discussão da PEC 06/2019 no Plenário da Câmara.

10 de julho - Com 379 votos a favor e 121 contra, Plenário aprova o texto-base da reforma e inicia a discussão dos destaques e emendas aglutinativas.

11 de julho - Atentas à próxima fase, entidades iniciam articulação no Senado.

Em reunião com o vice-líder do governo no Senado, Izalci Lucas (PSDB/DF), Marques pede a abertura do diálogo em prol de melhorias no texto.

12 de julho - Câmara conclui votação dos destaques; redução do pedágio é rejeitada.

17 de julho - Entidades que compõem o Fonacate e a Frentas definem os próximos passos da mobilização conjunta.



1º Lugar:
Evandro Alves.
Charge "Frente
e Verso"

2º Lugar:
Rodrigo
Brum. Charge
"Alzheimer"

TRAÇO CRÍTICO

Com apoio do Unacon Sindical, Fonacate promoveu Concurso Nacional de Charges sob o tema "Nova Previdência: melhor para quem?"

O enfileiramento à reforma da Previdência contou com o reforço crítico e criativo de 107 artistas, que participaram do Concurso Nacional de Charges promovido pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). Com o tema "Nova Previdência: melhor para quem?", o certame distribuiu R\$ 14 mil em prêmios para as três melhores obras.

Em primeiro lugar, com o prêmio de R\$ 8 mil, ficou Evandro Alves, de Minas Gerais, com a charge "Frente e Verso"; em segundo lugar, com prêmio de R\$ 4 mil, Rodrigo Brum, do Rio Grande do Norte, com a obra "Alzheimer" e em terceiro lugar, com o prêmio de R\$ 2 mil, o paulista Gilmar Machado, com a charge "Os Privilegiados e o Resto".

A iniciativa foi saudada pelos participantes. "Em tempos de tanta mentira e informações distorcidas, que bom poder passar um pouco de

esclarecimento sobre um assunto tão importante usando o bom humor", declarou Rodrigo Brum. Sentimento compartilhado pelo chargista Gilmar Machado. "Quero parabenizar a iniciativa de nos convocar, através do concurso de charges, a provocar e estimular, usando a nossa linguagem do humor e crítica gráfica, o debate em torno da reforma da Previdência, tão importante para todos os brasileiros."

ENGAJAMENTO

Na primeira fase do Concurso, o voto popular por meio da página do Fonacate no Facebook elegeu os dez melhores trabalhos, que na segunda fase foram submetidos ao júri técnico. A votação movimentou a rede social. Foram contabilizados mais de 1 mil compartilhamentos e 26 mil curtidas. Durante o período, a página também conquistou 1 mil novos fãs. ●



3º Lugar: Gilmar
Machado. Charge "Os
Privilegiados e o Resto".



CONSELHO DE DELEGADOS SINDICAIS DELIBERA AÇÕES PARA O 2º SEMESTRE

Reforma da Previdência, III Conacon e reforma Estatutária foram os principais pontos em pauta

Reforma da Previdência. A pauta que domina a agenda política do Sindicato foi destaque na 1ª reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de 2019. O encontro, realizado nos dias 29 e 30 de abril, em Brasília, contou com a participação do deputado federal Professor Israel (PV-DF), membro da Comissão Especial responsável pela análise de mérito da PEC 06/2019 na Câmara.

O trabalho parlamentar da entidade foi elogiado pelo deputado, que agradeceu o subsídio técnico fornecido pelo Unacon Sindical. No que diz respeito à reforma, Israel criticou a ausência de uma transição justa para os servidores públicos. "Todos estamos dispostos a contribuir, mas tem que ser razoável."

O debate seguiu com críticas à reforma. Celso Duarte, delegado sindical de Roraima, ressaltou que o

governo anuncia a economia de R\$ 1 tri com a reforma da Previdência, ao mesmo tempo em que indica cortes de despesas e a suspensão dos concursos públicos, deixando claro que esse recurso não retornará à população. Na mesma linha, Edilberto Barreto, do Ceará, afirmou: "A PEC 06/2019 afeta todos, inclusive os aposentados. É fundamental que os servidores da carreira tenham consciência disso."

Em seguida, os delegados passaram à análise de temas ligados à esfera funcional. Simeí Spada e Álvaro Pinheiro, da Coordenação de Gestão de Pessoas da Controladoria-Geral da União (CGU), participaram das discussões.

Na conversa, os delegados apontaram diversas falhas no sistema de ponto eletrônico que, segundo eles, têm prejudicado tanto servidores quanto a rotina de trabalho nas regionais.

Diante dos apontamentos, Simeí esclareceu que a equipe de Gestão de Pessoas já trabalha em melhorias. O aperfeiçoamento da comunicação com os servidores, conforme informou Álvaro, será um dos avanços. "Vamos promover conversas em tempo real para esclarecer dúvidas e evitar situações desagradáveis", disse.

Antes de concluir os trabalhos, o CDS deliberou sobre a realização do III Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (Conacon) e aprovou propostas de mudanças no Estatuto do Sindicato e da Associação a serem submetidas à assembleia. A discussão foi embasada no material produzido pelos Grupos de Trabalho instituídos em abril de 2018. Saiba mais sobre esses temas na página 15. ●

III CONACON SERÁ REALIZADO EM BRASÍLIA

Eleição para Delegados e Observadores Congressuais será em setembro; fique atento aos prazos



A terceira edição do Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (Conacon) já tem data marcada. Com tema "A carreira de Finanças e Controle no novo ciclo político brasileiro: reconfiguração do Estado, responsabilidade fiscal, combate à corrupção e democracia", o evento será realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro, no B Hotel, em Brasília.

O tema central será destrinchado sob a perspectiva de três eixos temáticos: Desenvolvimento Institucional da CGU e STN em meio à Reforma do Estado e da Administração; Fortalecimento da Carreira de Finanças e Controle e Política e Organização Sindical.

Os filiados e demais membros da

carreira que desejarem participar do Conacon devem ficar atentos ao calendário. Nesta edição, serão disponibilizadas 72 vagas para Delegados Congressuais, exclusivamente para filiados, e 43 para Observadores Congressuais, que podem ou não ser filiados ao Sindicato. Para participar, o interessado deve apresentar sua inscrição ao delegado sindical do estado ou, no caso dos residentes no Distrito Federal, ao presidente do Sindicato, no período 26 de agosto a 4 de setembro.

Após o período de candidaturas, os nomes serão submetidos à votação em

assembleia no dia 10 de setembro. O número de vagas é distribuído de acordo com a proporção de filiados de cada regional. Aos dirigentes que ocupam cargos na Diretoria Executiva Nacional, Conselho Fiscal e de Ética Nacional e aos delegados sindicais é assegurada a participação como membro nato, conforme o Estatuto do Congresso. ●

Serviço:

A programação do III Conacon será divulgada em breve no site unacon.org.br e nas redes sociais da entidade. Fique atento!

Reforma Estatutária ■

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO ACOMPANHAM MODERNIZAÇÃO DO SINDICATO

Mudanças têm o objetivo de facilitar, por exemplo, o processo de filiação pela internet e conferir maior transparência ao processo eleitoral

Mudanças, muitas vezes, são impostas pelo tempo. E no caso do Unacon Sindical e da Unacon Associação, o Estatuto que disciplina o funcionamento dos órgãos que compõem a estrutura das entidades também precisa de modernização. Pensando nisso, o Conselho de Delegados Sindicais instituiu, em abril de 2018, um Grupo de Trabalho para identificar pontos passíveis de me-

lhorias. Também foi criado um canal exclusivo para garantir a participação dos filiados. O compilado de sugestões foi analisado pelo CDS e, agora, segue para deliberação em assembleia nacional.

Para nortear os filiados sobre os procedimentos de votação, o Sindicato encaminhará um Caderno de Orientações e Normas de Votação. Na publicação, as sugestões de alte-

ração estarão expostas em um quadro comparativo com o texto atual.

As mudanças têm o objetivo de: facilitar o processo de filiação pela internet; conferir maior segurança ao apoio jurídico do Sindicato; valorizar o Congresso da carreira, que passaria a constituir-se como órgão auxiliar; conferir maior transparência ao processo eleitoral e reduzir de duas para uma reeleição para o mesmo cargo. ●

REFORMA ADMINISTRATIVA ACENDE SINAL DE ALERTA NO SERVIÇO PÚBLICO



Nova metodologia de progressão funcional, rebaixamento de remunerações iniciais e unificação de carreiras serão foco da proposta. Sindicato busca interlocução com o governo para tratar do tema

O plano de desmonte do serviço público, em curso desde 2017, alçará novo patamar neste 2º semestre ou no início de 2020, quando o governo pretende encaminhar ao Congresso Nacional a reforma Administrativa. Os contornos da proposta tornaram-se públicos e já acendem o sinal de alerta no Unacon Sindical.

Segundo o Ofício Circular SEI nº 2/2019 do Ministério da Economia, encaminhado aos demais órgãos e entidades da Administração Federal no dia 18 de julho, o objetivo da reforma é reduzir o número de carreiras existentes, flexibilizar a movimentação dos servidores e congelar as remunerações. Para isso, o governo pretende modificar leis que tratam das estruturas de cargos e carreiras.

Atribuições específicas, que no caso da carreira de Finanças e Controle estão inscritas na Lei 13.327/2016, por exemplo, podem ser suprimidas. O Ofício defende que as atribuições "geram rigidez e inviabilizam o aproveitamento eficiente de pessoal". Se efetivada, a mudança abrirá espaço para que atividades inerentes aos Auditores (AFFC) e Técnicos Federais de Finanças

e Controle (TFFC) possam ser exercidas por servidores oriundos de outras carreiras, bem como possibilitará que AFFC's e TFFC's sejam designados para funções distintas de suas atuais competências.

Sob o pretexto de conter gastos e estimular a produtividade, a reforma Administrativa também irá propor o rebaixamento das tabelas salariais de ingresso, reaproveitando o projeto desenvolvido na gestão anterior, e mudanças na metodologia de progressão funcional, submetendo os servidores a avaliações internas. De um lado, a medida poderá impactar na qualidade técnica dos servidores que ingressarem no serviço público, de outro condicionar a progressão a critérios subjetivos.

Para Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, a falta de diálogo por parte da Administração pode tornar o processo ainda mais danoso ao funcionalismo. "O governo parte da premissa que a máquina está inchada e custa caro. Conseguimos demonstrar que, hoje, temos o mesmo número de servidores que em 1991. Nesse período, a população cresceu 35%. O quadro tende a min-

guar, porque 110 mil estão em abono de permanência. Como a reforma administrativa vai lidar com isso? São coisas que deveríamos estar discutindo na Secretaria de Planejamento, mas se criou uma visão distorcida do papel das entidades de classe no âmbito do serviço público. Essa situação não é boa para ninguém", afirmou, em entrevista ao jornal O Globo. ●



Temos o mesmo número de servidores que em 1991. Desde então, a população cresceu 35%

Rudinei Marques
Presidente do Unacon Sindical

GOVERNO E BASE ALIADA NO CONGRESSO TENTAM INVIABILIZAR ATUAÇÃO DAS ENTIDADES



Projetos de Lei objetivam ressuscitar restrições trazidas pela MP 873/2019, que caducou em junho

Diante do enfrentamento empreendido à escalada de ataques sem precedentes, o governo e sua base aliada no Legislativo vêm lançando mão de artifícios que visam dificultar a atuação das representações sindicais do serviço público. As recentes investidas, que miram as fontes de financiamento das entidades, evidenciam a tentativa de minar uma das principais instâncias de resistência aos retrocessos sociais em tela.

Em 1º de março, às vésperas do Carnaval e com as atenções voltadas à recém-apresentada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, reforma da Previdência, o Planalto editou a Medida Provisória (MP) 873/2019. A matéria revogava dispositivo da Lei 8.112/90, impedindo o desconto em folha da contribuição sindical.

De pronto, o Unacon Sindical impetrou ação e obteve liminar na Justiça Federal para manter a cobrança diretamente na folha. Na decisão, a juíza Ivani da Luz, da 6ª Vara do Distrito Federal, entendeu que a MP “desestabilizava as entidades, sem conferir tempo hábil para adequação às novas regras”.

No âmbito político, juntamente ao Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), o Sindicato buscou interlocução com os três Poderes. Em encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, em 13 de março, Rudinei Marques, observou que a atitude do governo atentava contra a Constituição, o Estado de Direito e, até mesmo, a democracia. “A organização sindical é um direito constitucional que jamais poderia ser suprimido dessa forma arbitrária, violenta e com a utilização de um instrumento inadequado, pois não estão presentes a relevância ou a urgência, requeridos de medidas provisórias”, pontuou.

Ainda em março, durante reunião com o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, Marques

alertou que, além de comprometer o financiamento das entidades, a medida poderia pôr fim a importantes iniciativas na Administração Pública. Segundo ele, diversas parcerias patrocinadas por Sindicatos, como a realização de programas de desenvolvimento profissional, bem-estar e qualidade de vida poderiam ser extintas.

No Congresso, dada a articulação das representações de classe e o impasse entre os parlamentares, a MP não chegou a ser analisada pela Comissão Mista. Em 28 de junho, a matéria perdeu a eficácia, por decurso de prazo.

A tentativa frustrada do governo de inviabilizar a organização sindical, no entanto, ganhou nova roupagem no Congresso. Desde junho, surgiram três propostas com teor semelhante, entre elas o Projeto de Lei (PL) 3814/2019, apresentado pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. O Fonacate já mantém contato com os membros do colegiado, em especial com o senador Paulo Paim (PT-RS), a quem caberá a relatoria do texto. ●

Unacon Sindical: trinta anos a serviço da Carreira de Finanças e Controle e do país

A segunda metade da década de 1980 inaugura o mais longo período democrático brasileiro. Como marco de um novo tempo, em outubro de 1988 a promulgação da Constituição Federal inscreve no horizonte do país diretrizes de representatividade e cidadania, que nos mais de vinte anos anteriores estiveram presentes apenas no ideário popular.

No bojo destas conquistas sociais nasce, em 24 de maio de 1989, inicialmente sob o nome de Sindicato dos Analistas e Técnicos Federais de Finanças e Controle (SINATEFIC), o Unacon Sindical, fruto de um movimento associativo pré-constitucional, entidade representativa da recém-constituída Carreira de Finanças e Controle. Não foram poucas as transformações e as batalhas às quais a categoria esteve submetida ao longo destes 30 anos. Em todas elas, o Unacon atuou no front, lutando pelo fortalecimento da carreira e na defesa dos órgãos integrantes dos Sistemas de Controle Interno e de Finanças Públicas e do Estado.

Das regulamentações legais indispensáveis ao trabalho de Auditores e Técnicos, à manutenção de patamares remuneratórios condizentes com a complexidade de suas competências, todos os triunfos consignados no curso desta história tiveram em comum o protagonismo dos milhares de filiados espalhados por todo o país, que endossam e respaldam a atuação do Sindicato. Dentre estes êxitos destacam-se, por exemplo, a criação da Secretaria Federal de Controle Interno, em 1994, após greve que durou quarenta e dois dias, e, mais recentemente, a fixação em lei das atribuições dos cargos.



Para além dos temas estritamente relacionados aos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Unacon reafirma sua posição de vanguarda na representação do serviço público, integrando importantes instâncias de articulação da classe. Hoje, na Presidência do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), está inserido nos diversos debates que dominam a agenda política, mantendo interlocução diuturna com os três Poderes. Também é importante lembrar a participação destacada em momentos históricos para a sociedade civil, como o levante que culminou na edição da Lei da Ficha Limpa.

Em meio às comemorações pelas três décadas de vida, o Sindicato prepara a terceira edição do Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (Conacon). Hora de discutir a missão da categoria no novo ciclo político brasileiro e definir os rumos de atuação frente às demandas por maior participação, transparência e resultados nas finanças e na gestão pública.

O Unacon se orgulha de ser o indutor de grandes realizações no âmbito das Finanças e do Controle. Feitos estes que, mais do que beneficiar a carreira, colaboram para a profissionalização e modernização da gestão pública, a serviço de todo o país.

Esta história tem como atores todos aqueles que dedicaram e dedicam vidas à construção de um Sindicato alicerçado nos princípios democráticos que nortearam sua criação.

Para o porvir, a determinação e a unidade, marcas de uma Carreira forte e bem representada, seguirão como elementos imprescindíveis ante os desafios que se avizinham. ●

Festa Junina

As fotos da sétima edição do Arraiá Bão Dimais já estão disponíveis no Flickr do Unacon Sindical. Realizada no 7 de junho, a tradicional festa junina do Sindicato reuniu mais de mil pessoas no Clube Olímpico da Assefaz, em Brasília. A animação da festa ficou por conta Trio Só Xoteando e da banda Oxente Cerrado. Acesse as fotos no link <http://bit.ly/2GFTg6A>.



CGU Convida

Com o apoio do Unacon Sindical, o programa CGU Convida promove palestras gratuitas com foco na qualidade de vida do servidor, dentro e fora da repartição. No dia 22 de maio, os servidores participaram da palestra "Que tal aprender a domar a sua mente? - Redução do estresse baseado em plena atenção", ministrada pelo instrutor de meditação Regis Guimarães. Depois de cuidar da saúde, o convite foi para cuidar do bolso. No curso "Finanças Pessoais para Servidores", Patrícia Peres transmitiu, nos dias 24 e 25 de junho e 1, 2 e 3 de julho, técnicas para reduzir o endividamento e conquistar uma aposentadoria com sustentabilidade financeira. O curso também será oferecido aos aposentados na sede do Unacon Sindical nos dias 20, 21, 26, 27 e 28 de agosto. Para mais informações, ligue (61) 2107 5012.

Plano de Saúde

O Unacon Sindical oferece opção de plano de saúde com coparticipação. Além da Assefaz, os filiados agora podem aderir ao Benevix. Com cobertura nacional e mensalidades a partir de R\$ 200,60, o plano é administrado pela Unimed e a Benevix Administradora de Benefícios. As primeiras quatro consultas do ano não possuem qualquer cobrança. Limitada a R\$ 200 por mês, a coparticipação para consultas e exames será cobrada somente a partir do quinto procedimento do ano vigente. A contratação pode ser feita no portal do Clube de Vantagens, no menu "Plano de Saúde", ou pelo 0800 591 0534 da Administradora de Benefícios.

Capacitação

Os filiados ao Unacon Sindical têm 15% de desconto no "I Curso de Governança e Combate à Corrupção na Administração Pública: a Experiência Europeia", que será realizado de 12 a 20 de setembro, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL). Para se inscrever, acesse o site rmcaconsultoria.com até o dia 10 de setembro. A turma será confirmada trinta dias antes do início do curso ou assim que alcançar o número mínimo de vinte inscritos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Golpe Aposentados

Estelionatários ligam para filiados aposentados e pensionistas cobrando depósito de honorários com a promessa de vantagem judicial em ações coletivas. A prática criminosa tem preocupado o Sindicato. Toda e qualquer comunicação a respeito de ações judiciais patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical. Nenhum funcionário ou membro da diretoria realiza qualquer tipo de cobrança antecipada relativa a processos judiciais em andamento. Caso receba ligações suspeitas, desligue e entre em contato pelo telefone (61) 2107-5018/38, falar com Francisca ou Jefer.



CLUBE DE VANTAGENS

5 MOTIVOS PARA VOCÊ ATIVAR AGORA O SEU CADASTRO

3 PLANO DE SAÚDE

Cobertura Nacional pela Unimed com coparticipação e mensalidades a partir de R\$ 186.



2

DESCONTOS INCRÍVEIS

Milhares de produtos e serviços com até 40% de desconto, como eletrodomésticos, automóveis, escolas, academias, lavanderia e muito mais.

4 VIAGENS PELO MENOR PREÇO

Na plataforma você diz para onde e quando quer ir e recebe a cotação de três agências.

5 NÃO ENCONTROU O QUE PRECISA? INDIQUE!

Indique novos parceiros em todos os estados. Entraremos em contato com a empresa sugerida e te manteremos informado sobre o andamento da conversa.

1 DINHEIRO DE VOLTA

No Cashback Silium suas compras valem pontos que podem ser trocados por dinheiro. R\$ 10 a cada 1.000 pontos acumulados.

ATIVE SEU CADASTRO E APROVEITE AGORA!

Acesse unacon.temmaisvantagens.com.br

ou use o QR-CODE

